



## O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO: REALIDADE E PERSPECTIVAS

NEVES, Lucimari Sara das<sup>1</sup>

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto<sup>2</sup>

NETO, Antônio Firmino de Oliveira<sup>3</sup>

MORETTI, Silvana Aparecida Lucato<sup>4</sup>

NEVES, Lucimari Sara das; et.al. **O Ensino Técnico Profissionalizante em Território Fronteiriço: Realidade e Perspectivas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Ed. 01, Vol. 16. pp 632-648, Março de 2017. ISSN:2448-0959

### RESUMO

Este trabalho propõe analisar o Ensino Técnico Profissionalizante em Território Fronteiriço sob o contexto de realidades e perspectivas, no município de Corumbá/MS, considerando a fronteira como um elemento articulador que constitui potencial de recursos para a população local. Serão abordadas as diferentes relações que ocorrem no espaço fronteiriço (homens, firmas, instituições, infraestrutura, e meio ecológico). Pretende-se, nesta perspectiva, buscar a relevância da presente investigação a partir de análise da natureza dos cursos ofertados, inserção dos egressos no mercado de trabalho e a consonância dos cursos técnicos com as especificidades regionais do território fronteiriço (Brasil/Bolívia). Para tanto, foi proposta uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e pesquisa

---

<sup>1</sup> Mestra em Estudos Fronteiriços, UFMS-CPAN.

<sup>2</sup> Doutor – UFMS – CPAN.

<sup>3</sup> UFMS-CPAN.

<sup>4</sup> UFMS-CPAN.



bibliográfica documental, além de questionário e entrevistas semi-estruturadas com alunos, egressos, professores e gestores das escolas de ensino profissionalizante. As entrevistas gravadas serão transcritas e categorizadas, o que permite a interpretação e o confronto das informações colhidas. Espera-se como resultado, a elaboração de um Programa de Educação Profissionalizante para a fronteira do Brasil com a Bolívia, envolvendo os municípios de Corumbá e Puerto Suarez. Este programa abordará diretrizes para a implementação de cursos profissionalizantes atentados com a realidade da fronteira.

Palavras-chave: Fronteira, Educação Profissional e Desenvolvimento Local.

## **INTRODUÇÃO**

A educação profissional acompanha as práticas humanas, desde os períodos mais remotos da história, quando os humanos, segundo Manfredi, (2002), transferiam seus saberes profissionais por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição, pelas quais repassavam conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes servissem e facilitassem o cotidiano.

Atualmente, no Brasil, a formação profissional ocorre em escolas de Educação Profissionais públicas e privadas, sendo que alcança mais sucesso aquela que oferece, ao mercado de trabalho, profissionais que, ao mesmo tempo, conheçam as tecnologias utilizadas pelas empresas, quanto apreendam as novas tecnologias que surgem.

Neste contexto, encontram-se as escolas de Educação Profissional, com a responsabilidade de gerar saberes coletivos e flexíveis, sintonizados com as novas bases e novas formas de organização produtiva, fundadas na produção e difusão de inovações de cunho tecnológico. Características presentes no fechamento do século XX e identidade deste novo século.



O termo educação profissional segundo a LDB (Lei nº 9.394/96, cap. III, art. 39), dispõe que: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.”

Na regulamentação feita pela Lei de Diretrizes e Bases da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 e pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, é estabelecido como principal objetivo a oferta de cursos voltados aos estudantes e profissionais que buscam preparar-se ou ampliar suas qualificações para atuar no mercado do trabalho. No entanto a educação profissional ainda esbarra em algumas questões, haja vista que o preparo profissional não se atem apenas ao mercado formal de trabalho, ou do exercício profissional que se impõe.

A partir da LDB 9394/96, em seu art. 39, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, terá a Educação Profissional desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (DECRETO 5.154, de 23 de julho de 2004).

Dentre os trabalhos existentes na academia encontramos em (BOLZANI e ALMEIDA, 2009) “Desafios da Educação Profissional: Relato de um Estudo no Município de Franca”. Em (KUENZER e GRABOWSKI, 2006), sobre “Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho”. Já em (QUEVEDO, 2011), “Educação Profissional no Brasil: formação de cidadãos ou mão de obra para o mercado de trabalho?”.

A formação profissional, tal como é pensada hoje em dia, não tem sua terminação no momento em que se conquista o certificado. O desafio é a formação para além da qualificação técnica. A indagação acerca do papel social da educação tomou uma dimensão ainda maior quando se trata da Educação Profissional. São constatados, como também já foram em tempos passados, sinais de uma educação preocupada com a formação integral de sujeitos, de cidadãos? Ou é apenas mais um critério



técnico, agora necessário para inclusão no mercado, haja vista que o sistema preza por pessoas mais qualificadas, porém mais barata?

Para tanto, a educação profissional deve ser percebida como uma forma de proporcionar formação adequada à realidade do território. Até que ponto a Educação Profissional tem colaborado na formação para o desenvolvimento regional?

Dentro desta perspectiva a relevância da presente investigação se dá a partir de análise da natureza dos cursos ofertados, inserção dos egressos no mercado de trabalho e a consonância dos cursos ofertados com as especificidades regionais do território fronteiro (Brasil/Bolívia).

Diante do exposto, das pesquisas correlacionadas e da compilação inicial de dados e conceituações acerca do tema escolhido, cabe aventar a seguinte problemática: De que forma o ensino profissionalizante retrata a realidade da fronteira em relação aos cursos oferecidos? Objetivando analisar a realidade e perspectivas do Ensino Técnico Profissionalizante na Fronteira do Brasil com a Bolívia, no município de Corumbá/MS. Identificar quais cursos técnicos fazem parte da predileção dos indivíduos em busca da educação profissionalizante; Avaliar a natureza dos cursos oferecidos e as especificidades regionais da fronteira e o grau de absorção para o mercado de trabalho. E propor diretrizes de ações prioritárias para uma proposta de educação profissional adequada e que atenda a demanda do mercado de trabalho no território fronteiro.

## **DESENVOLVIMENTO**

É bastante comum considerar os termos fronteira e limite como sinônimos, entretanto existe grande diferença entre eles, que fogem do senso comum. Historicamente, o termo fronteira significa aquilo que sua etimologia sugere -- o que está na frente. Já o termo limite é de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial (MACHADO, 1998).



Ainda, segundo Machado (1998, p. 42), “[...] enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas [...]” (nesse contexto implica a existência do ser humano no processo de interação); “[...] o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais”.

A fronteira é um lugar mágico (Raffestin, 2006), onde se delimita o interior do exterior, material e o moral simultâneo, pois a fronteira não é somente um marco geográfico, mas, um fato social por suas dinâmicas e conotações nelas implícitas. O mesmo Raffestin (2006) ainda percebe a importância histórica da fronteira:

A fronteira, portanto, é bem outra coisa e a história não pode ser interpretável sem ela, pois as sociedades foram sempre bem definidas pelas fronteiras que elas traçaram. Elas acompanhavam os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações.

Falar em fronteira é complexo, pois ela representa bem mais que limite ou linha divisória, ela é vida, é o que está por vir, um espaço em transformação. A fronteira é uma construção sociopolítica que contem o limite internacional. Segundo Costa (2012) fronteira e limite expressam diferentes sentidos, mas isso não significa ruptura, ao contrário, denota forte interdependência dada a frequente interação imaterial nesse meio. A fronteira só existe a partir e por causa do limite, ou seja, é ele quem dá luz à existência daquela.

Conforme Raffestin (apud OLIVEIRA, 2006, p. 165), a fronteira é compreendida como zona de contato e limite, ou seja, é uma linha de separação definida que “[...] cristalizada se torna então ideológica, pois justifica territorialmente relações de poder”.

Nos ditames de Costa e Oliveira (2009), as fronteiras, independentes da atuação dos organismos políticos, é um ambiente topológico de relações ambíguas que enveredam por tensões, rugas e preconceitos, porém posicionam-se como nós donde partem os



elos da corrente de integração com ricas práticas de cooperação e complementariedade.

Já Nogueira (2007, p. 34) defende o olhar para a fronteira enquanto centro, cujas referências é que devem nortear as decisões políticas e administrativas e, principalmente, suscitar o questionamento de uma identidade fronteiriça, que está interligada com as relações nela contidas, tanto em caráter nacional (interna) quanto binacional (com outro país). O autor aponta que:

A fronteira pode se constituir num espaço de identidade territorial a partir de basicamente duas formas: primeiro, quando o 'ser da fronteira' diz respeito a um contraponto às regiões centrais, sendo essencialmente nacional. Aqui a fronteira é um espaço de referência identitária exclusivamente nacional; e segundo, quando o 'ser da fronteira' diz respeito a uma interação de identidade binacional em que os dois lados se reconhecem como fronteiriços e com tal identidade e forma de relacionamento frente aos respectivos estados nacionais. Ser da fronteira aqui significa uma superação dos limites formais do Estado Nacional, sendo a sociedade civil o principal agente da interação.

Conforme Pesavento (2002) as fronteiras são culturais, ou seja, há uma construção de sentido que faz parte de um jogo social no qual os homens se percebem e se qualificam neste corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. A fronteira resume nuances, sentimentos e consolida um grupo de compostos econômicos, sociais, educacionais, dentre outros, apresentando diversos tipos de entendimento de seu contexto. Percebe-se então, que a fronteira é, ao mesmo tempo, material e imaterial, possui fragilidade, mas não deixa de existir. Ocupa situação de destaque ou secundaristas de acordo com as necessidades históricas das sociedades que as integram.

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Por ser um conceito recente e de ampla discussão, o Desenvolvimento Local pode receber definições distintas e variáveis, dependendo do autor que se consulte. A



propósito, Ávila (2003, p. 15) esclarece: “O significado desta expressão ainda é objeto de contínua análise e discussão, em virtude de sua ainda muito curta trajetória histórica”.

De acordo com o autor, o Desenvolvimento Local se configura justamente como processo que considera, respeita e aproveita as peculiaridades (ou modos de ser e agir), a realidade (enquanto complexidade dos contextos social, cultural e meio-ambiental) e as potencialidades (das pessoas e do meio) de cada comunidade/localidade, entendendo-se inclusive que em relação a esses aspectos nunca uma comunidade/localidade é igual a outra (Ávila, 2007, 18).

Para entendermos melhor esse conceito de Desenvolvimento Local, e fazermos um link com a Educação Técnico Profissional vale frisar o conceito de Ávila:

“No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão de seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio do meio ambiental. Portanto, não se obtém o desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em se meio geofísico.

De todos os conceitos encontrados de Desenvolvimento Local encontrados em nossa pesquisa aquele formulado por Ávila (2002, p. 68) que nos aparece o mais completo:

O ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos,





visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

O Desenvolvimento Local parte, de dentro para fora, endógeno e/ou de fora para dentro, exógeno. Aflora o sentimento de pertença, do território vivido, de territorialidade, desconstruindo o entendimento para apreendê-lo, INPUT (de fora para dentro) e OUTPUT (de dentro para fora).

## **TERRITÓRIO**

O território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Com isso, há uma distinção entre algo já "dado", o espaço – na condição de matéria prima natural e um produto resultante da moldagem pela ação social dessa base – e o território – um construto, passível de "uma formalização e/ou quantificação". Assim, "a produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas, e rotas aéreas, etc.", por exemplo, se constitui em um complexo jurídico-sócio-econômico, modelado em uma multiplicidade de paisagens, exibindo feições características. O território é, assim, a base física de sustentação locacional e ecológica, juridicamente institucionalizado do Estado Nacional. Contém os objetos espaciais, naturais e/ou construídos, na condição de instrumentos exossomáticos<sup>1</sup>, para (re) produção de uma identidade étnico-sócio-cultural. (LEFEBVRE, 1978, p. 259)

O território é o espaço onde acontecem as inter-relações de um grupo social, portanto é resultado dos atores sociais e no aporte de Santos (2002, p. 16) "[...] o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado".

Segundo Raffestin (1993) o território se forma a partir do espaço geográfico, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer escala. Pressupõe um espaço em que se projetou um trabalho





e no qual revela relações marcadas pelo poder. “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

## **TERRITORIALIDADE**

A territorialidade seria "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie". Raffestin (1993, p. 159). Ou seja, a territorialidade deriva da forma com que o indivíduo enxerga o território e como o define como seu, e, além disso, das formas de relação com meios naturais e pessoais, de incorporar ao território o sentido de posse, o sentido de pertencimento e por consequência, de sua defesa.

Saquet (2007) vai contundentemente definir territorialidade como as relações diárias e de momento, entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, fundamentais para sua sobrevivência literal e social, trata-se do cotidiano que produz a construção do território e do seu sentido de identificação. Sendo assim, as relações sociedade, espaço e tempo são caracterizadas pelos poderes que agem no espaço e entre si.

Para Raffestin (1993, p.161):

A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. [...] A territorialidade se inscreve no quadro de produção e do consumo das coisas. Para ele, ‘a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais’.

Para Sack (1986), a territorialidade é um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço, abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional. Ou seja, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território" (p. 19).



## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As reflexões deste trabalho são decorrentes da análise de dos dados parciais proveniente do projeto de pesquisa/extensão intitulado O Ensino Técnico Profissionalizante em Território Fronteiriço: Realidade e Perspectivas, na região de Corumbá, que estamos desenvolvendo. Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa em questão, foram realizados levantamentos de dados primários em campo por meio de entrevistas semi-estruturadas e roteiros de observação sistematizada. Os dados secundários foram obtidos em fontes oficiais para contextualizar a situação empírica estudada.

Quanto aos fins delineados, a pesquisa realizada pode ser classificada como sendo uma pesquisa exploratória e descritiva, de caráter qualitativo. Tendo em vista que a metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, principalmente devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados, o mesmo será pautado por meio de indicações do orientador no que se refere pesquisa com seres humanos. Vergara (2005) salienta que a pesquisa exploratória cumpre o fim de analisar, in loco, os atores-chave para a elucidação do tema; ao passo que a pesquisa descritiva elucida as características do fenômeno observado.

Esse conjunto de medidas implicou numa necessidade de pesquisa e monitoramento regulares, na medida em que usam de metodologia diferenciada de análise e compreensão dos processos e transformação socioeconômica da população de interesse, considerando a busca de maior clareza na inserção dos mesmos no mercado de trabalho, bem como maiores instrumentos de avaliação e monitoramento dos dados extraídos.

O local escolhido para desenvolvimento deste estudo foi o município de Corumbá (MS), onde utilizamos o sistema bola de neve para obter respostas às indagações necessárias dos objetivos geral e específicos.

Sendo assim, além da importância relacionada à produção científica sobre a Educação Profissional, na cidade já citada, metodologicamente oportunizará também,



identificar e analisar os objetivos, gerais e específicos, através de pesquisa exploratória, documental e descritiva, que compreende um período investigativo dos últimos dois anos, ou seja, 2014-2015, para apresentação de dados atualizados.

Nesse sentido, torna-se imprescindível desvelar como está sendo o preparo na educação na e formação técnica, que demanda instrutores qualificados, abrangem Indústria e Comércio na ampliação da oferta de mão de obra, de grande carência na região.

Propor diretrizes de ações prioritárias para uma proposta de educação profissional adequada e que atenda a demanda do mercado de trabalho do território fronteiriço. Nessa conjuntura, será fundamental a pesquisa e monitoramento regulares, utilização de metodologia diferenciada de análise, avaliação e compreensão dos processos e transformação socioeconômica da população de interesse, considerando a busca de maior clareza e objetividade, que identifique as nuances contidas na inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CIDADE DE CORUMBÁ**

Localizada na região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul, e em uma microrregião do baixo Pantanal, a cidade de Corumbá faz fronteira com a Bolívia, além de estar às margens do rio Paraguai. Segundo dados do IBGE, (2010), 103.703 pessoas vivem no município, sendo que existe uma conurbação com mais outros 3 municípios: Ladário, que se encontra dentro do município de Corumbá, e mais duas outras localizadas na Bolívia, Puerto Suarez e Puerto Quijarro.

Na última década, dado o crescimento da economia brasileira e ao destaque internacional que o país obteve, Corumbá tornou-se alvo de intenso fluxo populacional transitório devido a facilidade de se atravessar sua fronteira terrestre, com a finalidade de atingir os grandes centros, como São Paulo, onde há grande contingente de bolivianos desempenhando trabalhos braçais na indústria têxtil. Fora isso, muitos



nativos da Bolívia desempenham seus ofícios em solo brasileiro bem como o contrário, ocasionando profunda interação baseada em interesses econômicos de ambas as partes. Assim, Corumbá foi um município criado por diversas culturas e hoje é influenciado por colônias dessas etnias que vivem na cidade. A economia da cidade, o contexto social, a estrutura legal da cidade e todas as estruturas físicas do município estão relacionado com o fator imigração, sendo esses reflexos claros da sociedade corumbaense em diversas instituições e organizações.

Em Corumbá, foram identificadas as seguintes escolas técnicas: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), IFMS (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul), Escola Estadual Dr. Gabriel Vandoni de Barros e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

No caso do objeto deste trabalho, nota-se o elemento como jovens, entre 18 e 24 anos predominantemente das classes média e baixa, em sua maioria na busca pelo primeiro emprego, que enxergam o curso técnico como uma forma de aprimoramento e qualificação de sua força de trabalho perante o mercado.

As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. A diversidade de oferta dos cursos técnicos do município faz com que as modalidades de logística se dividam em duas vertentes: a pública, que deriva sua logística da contratação por concurso público ou terceirização dos serviços de distribuição de livros e aparelhamento técnico através de licitações; e a privada, que demanda a contratação direta de bens e serviços para abastecer os cursos em questão.

As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. As leis Brasileiras no que tange a educação profissional são regidas fundamentalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), e tem como subsídios as legislações pertinentes à oferta pública e privada do Ensino Técnico (Lei nº 11.892/08) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec (Lei nº 12.513/11).



O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As escolas de que ofertam o ensino técnico profissionalizante contam com estruturas despadronizadas, não só por causa das diferenças na oferta, como também na sua capacidade financeira e na natureza de suas fontes de receita.

O SENAI conta com estrutura própria, laboratórios específicos para cada curso técnico, com equipamentos em constante manutenção e recursos disponíveis para troca, substituição, ambientação e expedientes de uso contínuo e pontual.

O SENAC, embora conte com recursos provenientes da área comercial em escala municipal e estadual, conta com um imóvel alugado e antigo, sem o preparo necessário para abrigar a quantidade de salas e laboratórios ideal.

Enfatiza-se que esses “Serviços”, que acabaram sendo integrados ao denominado Sistema S, embora dirigidos pelo empresariado, recebem verbas públicas, advindas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Educação Profissional poderia ser uma grande parceira do desenvolvimento local e se constituir como uma alternativa viável e contribuir para o arrefecimento da demanda de mão de obra local. Além disso, se constitui em importante braço para o equilíbrio social e ambiental da localidade a qual será implantada, mas sempre se reside o questionamento sobre o porquê dessas iniciativas não resultarem em grandes alterações no quadro profissional dos municípios onde existem tais instituições, cursos e iniciativas.

Pensar o lugar, a localidade onde será implantada tal intervenção, gera a necessidade clara de se pensar o espaço sob o prisma do conceito de ocupação inerente ao ser humano. O território, sob o olhar social, torna-se um conceito a partir de seu uso, ou seja, a partir de uma conjunção entre a motivação e os atores envolvidos na prática resultante. São esses atores que exercem um diálogo com o território usado em todas as suas particularidades, sejam elas naturais ou por obra da intervenção humana ou social.



Por esta lógica, Educação Profissional e Desenvolvimento local tornam-se intrínsecos dentro do processo de produção desenvolvido pela sociedade capitalista, formando um ciclo de caráter bem simples: a demanda de mão de obra gera a proporção necessária ao déficit produtivo e cumpre o seu papel dentro da estratégia de estratificação social, subdividida a partir da complexidade do desempenho das funções da cadeia produtiva.

Com este entendimento, a Educação Profissional passa a ser vista como espaço fundamental na construção dos caminhos do desenvolvimento local. Para tal objetivo, deve transpassar seus muros, bem como seu objeto primário que é formar mão de obra seguindo as expectativas mercadológicas impostas. É imprescindível situá-la como modalidade de educação potencializadora de geração de conhecimentos, a partir de uma prática interativa com a realidade.

## **PERSPECTIVA X REALIDADE**

Corumbá é uma cidade em escala produtiva crescente, expandindo sua potencialidade turística, de serviços, rural e industrial, porém a qualificação é limitada aos cursos dados periodicamente pelos Sistemas “S”, SEBRAE, SENAC, SENAI e SESI, e aos cursos técnicos oferecidos através de processos seletivos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

No entanto, quando se trata da formação de profissionais de nível técnico e superior, o município carece de profissionais com a devida qualificação para suprir as exigências elencadas aos postos de trabalho oferecidos, uma vez que os cursos oferecidos não são escolhidos por meio de quaisquer estudos de demanda sistematizado, sendo apenas resultado do acaso, necessidade da instituição ou mesmo do achismo, provocando a ocupação dos referidos postos por pessoas não nativas ou que não sejam habitantes do município de Corumbá, do município de Ladário, e tampouco das cidades bolivianas mais próximas.

Infelizmente o cenário é outro, observando e vivenciando as práticas da Educação profissional in loco, foi notório identificar que não há presença efetiva de alunos



bolivianos nessas instituições, são pouquíssimos alunos matriculados em cursos profissionalizantes. A procura pelos cursos é considerável, mas nem todos podem fazer, e não é porque não possuem recursos, mas sim, por alguns não terem documentação brasileira e ainda dificuldades com a língua portuguesa. Foi possível conversar com alguns profissionais que ministram aulas numa das instituições de ensino técnico profissionalizantes da cidade.

Uma das pessoas disse que a vantagem de estarmos na fronteira é pela conurbação, o que facilita o intercâmbio sociocultural. Porém o fluxo de alunos bolivianos é pequeno, e não há nenhum tipo de atividade que os estudantes possam partilhar suas culturas por se tratar de Ensino Profissionalizante, pois há um padrão postural universal.

Outra docente da mesma área disse que:

“[...] o maior benefício do ensino profissionalizante é transferir o conhecimento às pessoas e prepará-las para o Mercado de Trabalho. É propício para o desenvolvimento, pois há carência de profissionais qualificados, nas mais diversas áreas. Mudanças começam a surgir principalmente após a introdução dos profissionais nas empresas públicas e privadas, além de proporcionar “melhor qualidade de vida” para os trabalhadores e satisfação para os clientes”.

A mesma docente afirma que:

“O fato de nossa cidade estar próxima de outro país é uma grande vantagem, pois o comércio está associado com os municípios além-fronteiras. Entretanto como é sabido, muitas famílias nasceram de brasileiros e bolivianos, apresentando uma mescla ou miscigenação de pessoas e culturas. Ambos os lados possuem uma interação diária tanto no trabalho, como na área da Educação regular e Educação Profissional”.

O que se pode extrair dos relatos das docentes é que o ensino técnico profissionalizante é crucial na análise para a investigação, se há ou não há espaço para interação, os planos de cursos são do CBO (A Classificação Brasileira de





Ocupações) os planos de cursos são voltados para a realidade Nacional não regional/local.

Outro docente ainda contribui com o seguinte relato:

“A Educação Profissional contribui para o desenvolvimento regional com as capacitações dos alunos com conhecimentos, habilidades, atitudes e emoções no sentido de os tornarem profissionais com maior valor para o mercado de trabalho”. Estes mesmos profissionais terão uma relação com clientes de ambos os países e não apresentarão distinção no formato do atendimento/tratamento”. E para ele o fato de nossa cidade estar próxima de outro país é uma vantagem competitiva pelo fato dos bolivianos frequentarem constantemente a região, a educação profissional “teria” mais um cliente para fornecer qualificação e incluir no seu portfólio de serviços. E o fluxo de alunos de bolivianos na instituição que ele atua é constante, porém baixo. No ambiente pedagógico percebe uma sutil discriminação com alunos de outras nacionalidades. Diariamente, numa escola na cidade de Corumbá se pode perceber a realidade dessa Faixa de Fronteira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A fronteira, no conceito abordado por este trabalho, é capaz de produzir um emaranhado de relações, de fluxos. Seus elementos espaciais induzem movimentos dotados de complexas racionalidades, que por vezes aproxima, e em outras afasta, e ainda chegando a desconsiderar as possibilidades que a fronteira pode traduzir. Existe assimetria entre os elementos do espaço dessa fronteira, tendo Corumbá como território mais privilegiado do ponto de vista das ações dos homens, das firmas, das instituições e das infraestruturas. O meio ecológico é comum nesse espaço, porém sua apropriação é diversa, tendo um melhor aproveitamento para atividades comerciais, e em segundo plano, industriais.

As cidades de fronteira, como o caso de Corumbá, no Brasil; e Puerto Suarez, Bolívia; têm a precisão de formar forças de trabalho e recursos humanos dotados de qualidade, credibilidade, treinamento e competência para efetivamente tornarem-se,



municípios com mão de obra de qualificação adequados seus aspectos geográficos, naturais, econômicos e culturais, além de atender as demandas emergenciais, tornando a região forte e independente economicamente.

O sistema de ensino técnico profissionalizante pode desempenhar um papel relevante no despertar dessa consciência nesses sujeitos, promovendo de forma endógena à comunidade, mudanças culturais significativas nesse sentido. Com ofertas de cursos técnicos profissionalizantes sintonizados com o desenvolvimento local e regional, respeitando a dinâmica dos diversos grupos sociais, sua organização, sua cultura e seus anseios.

O trabalho e seus condicionantes ainda têm muito a evoluir em Corumbá para que possa promover melhorias econômicas consideráveis, permitindo a todos os nichos populacionais uma participação em suas externalidades positivas, além de minimizar efeitos socioeconômicos negativos. E, para estender suas potencialidades torna-se imprescindível a influencia do setor publico detentor de informações e aparato financeiro para subsidiar tal transformação, se coloque a disposição para pactuar com outras Instituições esta agenda de melhorias e capacidade de percepção das reais demandas, e confrontá-las com o desejo particular daqueles que querem participar e contribuir com a cadeia produtiva do município. As considerações devem apresentar o fechamento do trabalho, abordando as questões de pesquisa correspondentes aos objetivos propostos. As conclusões devem ser assertivas e ligadas aos objetivos do trabalho, destacando avanços no conhecimento da área.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações. Campo Grande. v. 1, n. 1, set., 2000 ,p. 63-76.

\_\_\_\_\_. Formação educacional em desenvolvimento local de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.



\_\_\_\_. Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

\_\_\_\_\_. Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação. 2003.

\_\_\_\_\_. Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local. Sobral: UVA, 2006

BOLZANI, B.; ALMEIDA, D.O. Os Desafios da Educação Profissional: Relato de um Estudo do Município de Franca. In: Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 1, p. 154-178, 2009.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=500320&search=mato-grosso-do-sul%7Ccorumba%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em 12/10/2014.

COSTA, Edgar Aparecido da. 2012. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. Cadernos de Estudos Culturais, v. 4, p. 17-33.

COSTA, Edgar Aparecido da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Orgs.). Seminário de estudos fronteiriços. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

KITAMURA, P. C. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Brasília: EMBRAPA SDI, 1994.



KUENZER, A.Z.; GRABOWSKI, G. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. In: PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, 2006.

LEFEBVRE, Henri. The survival of capitalism: reproduction of the relations of production. 2. ed. London: Allison & Busby, 1978.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, T.M. et al (orgs.). Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência Identitária? Revista Ateliê Geográfico, v. 1, n. 2, dez/2007, p.27-41. Goiânia: UFG, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai e Argentina. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre/ Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins/ Ateliê Editorial: 2002.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem da fronteira in OLIVEIRA, Tito C. M. (org.). Território sem limites. Campo Grande, Ed. Da UFMS, 2006.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

**NÚCLEO DO  
CONHECIMENTO**

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO  
CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

VERGARA, S.C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.